

## PREFÁCIO

Tive o prazer de ser orientador e membro do júri das provas de doutoramento do José António Velho Gouveia, intitulada *Riscos Antrópicos na Zona Costeira de Portugal Continental: as capacidades de antecipação (prevenção) e de resposta (socorro)*, cuja discussão se realizou a 02 de dezembro de 2020, por videoconferência, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que determinou um conjunto de medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19.

Ainda que, em circunstâncias normais, a defesa da tese de Doutoramento devesse decorrer na Sala Grande dos Atos, a Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, o que lhe teria conferido maior solenidade, a impossibilidade circunstancial de lá não ter sido discutida, não retirou qualquer mérito às provas, uma vez que o candidato obteve a mais alta classificação.

Com efeito, muito do que foi conseguido com esta investigação resultou do profundo conhecimento que o Autor possui sobre a orla costeira portuguesa e os riscos a ela associados, pelo que se sentiu muito confortável na identificação dos sítios mais perigosos para a manifestação de cada um dos diferentes tipos de riscos. Como se depreende, isto é resultado de um enorme fascínio pelo mar e, muito em particular, pelo território costeiro, destacando-se aqui o Domínio Público Marítimo (DPM), ao qual dedica particular atenção, bem como de um grande interesse pelos riscos que nele se manifestam, decorrentes da utilização frequente deste espaço para a realização de um diversificado conjunto de atividades, que bem identifica.

Ora, o profundo conhecimento do Autor sobre a área de estudo é fruto tanto da sua vivência, como da atividade profissional que desenvolveu ao longo de muitos anos, o que lhe facilitou quer o trabalho de campo, ilustrado através de inúmeras fotografias, quer o trabalho de gabinete, ao facultar-lhe acesso a uma assinalável quantidade de dados estatísticos inéditos sobre manifestações de diversos riscos, ou seja, dois aspetos que não se podem dissociar nos estudos cindínicos e que, por outro lado, permitem associá-los a dois pontos fulcrais desta

investigação: o quadro natural, estudado pela Geografia Física, e o ser humano, analisado na Geografia Humana e que, por sua vez, não só sofre a manifestação dos riscos, mas também é, por vezes, a própria causa dessa manifestação.

Deste modo, o primeiro capítulo da tese possui como título “*O Território Costeiro de Portugal Continental*” e apresenta o enquadramento do problema que se pretende investigar. José Gouveia começa por apresentar a caracterização geral do território costeiro, clarificando os conceitos a ele associados e deixando algumas notas sobre a influência do quadro natural no ambiente costeiro e na evolução da linha de costa, para depois tratar os aspetos humanos associados ao fenómeno da litoralização e dos problemas que levanta em termos do ordenamento da zona costeira, referenciando diferentes documentos que visam promover esse ordenamento.

Segue-se-lhe um capítulo sobre “*o Domínio Público Marítimo e as principais atividades nele desenvolvidas*”, uma tarefa difícil, tal a diversidade de espaços e de atividades existentes no conjunto da área costeira. Todavia, José Gouveia dá-nos uma boa leitura do espaço do DPM, numa síntese bem conseguida não só enquanto espaço de interesse para o presente trabalho, mas também em relação às entidades com competência ou responsabilidades no DPM e, ainda, às atividades nele desenvolvidas, que caracteriza com grande detalhe e ilustra profusamente, tanto cartográfica como fotograficamente.

O terceiro capítulo é dedicada à identificação e caracterização dos “*Riscos no DPM*” que subdivide de forma pouco habitual, primeiro associando riscos naturais a riscos decorrentes do comportamento Humano de longo prazo, e, depois, tratando os riscos decorrentes da utilização frequente (diária) do DPM.

Segue-se a caracterização genérica das ocorrências no espaço de jurisdição marítima, ou seja, da quantificação das pessoas afetadas pela manifestação dos diferentes tipos de risco, que analisa de forma muito precisa, quer em termos de evolução anual e de distribuição mensal e horária, quer no que respeita à idade e género dos sinistrados ou à sua nacionalidade. Por outro lado, trata a localização geográfica das diferentes manifestações por espaço de jurisdição das capitánias, por tipo do local e por causa, dedicando particular atenção às fatalidades, que aborda sob várias perspetivas, designadamente no que diz

respeito à sua evolução anual, à cartografia do local onde se verificaram, à presumível causa ou à ocupação do acidentado, para mencionar alguns dos aspetos abordados neste capítulo que, porventura, será o mais inovador, pelo tratamento e divulgação de uma enorme quantidade de informação que até agora permanecia inédita.

A investigação encerra com dois capítulos de natureza eminentemente aplicada, em que o primeiro deles versa sobre a capacidade de antecipação, onde o Autor disserta à cerca da prevenção e minimização do risco. Por sua vez, no segundo, analisa a capacidade de resposta, que se centra no sistema de socorro no espaço de jurisdição marítima. Qualquer destes capítulos constituem o corolário natural da investigação desenvolvida nesta tese.

Assim, o primeiro destes últimos capítulos enfatiza os cuidados que devem ser tidos em conta em termos de prevenção, desde logo, do ponto de vista legislativo, para usufruto racional e sustentável do território costeiro, bem como pelas autoridades públicas e pelas empresas privadas. Depois, ressalta não só os contributos que devem ser dados pela educação e pela informação/comunicação, mas também a importância da sensibilização e da sinalética em todo o processo preventivo e, termina, como não podia deixar de ser, com o papel que cabe desempenhar pelos cidadãos, ou seja, por cada um de nós. Como o Autor bem menciona “*existem muitas coisas que as autoridades do Estado podem fazer – e já fazem – para minimizar as consequências da manifestação dos riscos aqui abordados*”, mas, para que todo este processo possa ter êxito, os cidadãos “*devem assumir sempre uma postura preventiva e responsável em tudo o que fazem*” e, como bem sabemos, isso nem sempre acontece, pelo que não é demais lembrá-los do papel que lhes cabe em termos de segurança e na salvaguarda da própria vida.

O último capítulo centra-se no sistema de socorro existente, que é descrito com grande pormenor, e deixa muito clara a importância da nobre missão do Serviço de Busca e Salvamento Marítimo que, no âmbito da Marinha, funciona numa vasta área marítima do Atlântico Norte, a par com as Estações de Salva-Vidas, com intervenção no domínio público marítimo, e dos nadadores-salvadores, com atuação nas áreas balneares concessionadas, apoiados

por outros agentes de Proteção Civil, designadamente e, entre outros, os Corpos de Bombeiros, o Instituto Nacional de Emergência Médica, a Força Aérea, a Polícia Marítima e a Guarda Nacional Republicana, garantindo uma proteção que nos deixa tranquilos quando nos encontramos nesta vasta área de território.

Ora, um estudo de Geografia desta índole exige a compreensão da importância da ocupação da faixa costeira e das muitas atividades nela desenvolvidas, das quais decorrem riscos que, muitas vezes, se manifestam, com consequências nefastas para o ser humano. José Gouveia centra-se nos aspetos cindínicos, tendo trabalhado longas séries de dados sobre ocorrências no espaço de jurisdição marítima, com consequências para o ser humano e a que foi necessário responder com meios humanos e materiais da Autoridade Marítima Nacional, para explicar, da melhor forma, os riscos decorrentes da utilização do Domínio Público Marítimo.

Por isso, o resultado não se apresenta como um estudo enfadonho sobre Riscos Antrópicos na Zona Costeira de Portugal Continental, capaz de afastar os leitores, mas, bem pelo contrário, lê-se com prazer, pois é um estudo que enquadra bem o problema e, depois, apresenta de forma muito apelativa, através de inúmeras ilustrações, os factos concretos que foram investigados e que contribuem para um conhecimento muito mais objetivo duma temática que, até aqui, e em termos quantitativos, era praticamente desconhecida, e que é exemplificativa dos riscos que podemos correr e que devemos prevenir quando percorremos a multifacetada faixa costeira, em contínua evolução, e que a todos atrai e encanta sempre que a visitamos.

Coimbra, 12 de outubro de 2022.

Luciano Lourenço